



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 58.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1989.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Raul Lopes.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Netto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eimar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Dalazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert. (51). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Irondi Pugliesi e Lindolfo Júnior. (02). Achando-se em licença o Senhor Deputado Milton Barbosa. (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT 146/89, do Senhor Governador do Estado, usando das atribuições conferidas pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual,

comunica que VETOU PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 162/88, em razão dos motivos expostos. - A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT 147/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o seguinte Projeto de Lei:

085/89:

De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que concede a MARIA CARLOS MONTANI PEREIRA uma pensão mensal, equivalente a dois (02) salários-mínimos de referência, o qual convertido em lei tomou o nº 9.057. - Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº DTL/SAT 148/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o seguinte Projeto de Lei:

045/89:

Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei nº 8212, de 30 de dezembro de 1985, o qual convertido em lei, tomou o nº 9058. - Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº 156/89-DA, do Senhor Desembargador ABRAMÃO MIGUEL - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei, aprovado pelo Egrégio Órgão Especial, que objetiva atribuir a Gratificação de Representação aos funcionários ocupantes de cargos de nível superior do Poder Judiciário. Anote-se - Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 199/89.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 1646

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a sustação do Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 170/89, bem como tornar sem efeito a solicitação do Senhor Governador, que o mesmo seja apreciado na forma prevista no § 3º, do artigo 25 da Constituição Estadual, visto o mesmo não estar

contido na Constituição Federal de 1988.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução n° 44/89, item 16 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 1627

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei n° 300/88 na Ordem do Dia e a dispensa dos pareceres das Comissões de Recursos Humanos e Segurança, tendo em vista que o referido projeto de lei encontra-se com parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 1629

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, na forma do art. 108 do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n° 44/89, oriundo das Mensagens Governamentais de n.ºs 12, 20, 24, 25 e 26/89, que autoriza o Poder Executivo a doar áreas de terreno que especifica, situadas no Município de Piraí do Sul, o qual tramita em regime de urgência, conforme requerimento já aprovado por este Plenário.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

REQUERIMENTO N° 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MOEMA LAVES DE SOUZA, mãe do Ilustre Deputado Federal HÉLIO MOACIR DE SOUZA DUQUE.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família da extinta, como segue: Excelentíssimo Senhor Deputado Federal HÉLIO DUQUE - SQN 302 - D - Apt. 604 - Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor TUPY BARRETO, ocorrido nesta Capital.

Membro de tradicional família, o extinto deixa uma lacuna difícil de ser preenchida.

Requer, outrossim que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1647

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja feita a instalação urgente de uma delegacia de polícia, para o Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, localizado no Município de Dois Vizinhos - Pr.

Requer-se, também, que da decisão da Casa, seja oficiado à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, dando-se ciência deste ao Prefeito Municipal, Vice-prefeito, Vereadores, Executiva do PMDB, PSDB, PT, PDT, PFL, e PDS do município de Dois Vizinhos, aos Senhores Líderes do Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, à Rádio Educadora e ao Jornal Tribuna Regional, e aos demais jornais, rádios, revistas e canais de televisão do sudoeste do Paraná, conforme relação anexo.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cruzeiro do Iguaçu, situado no interior do Município de Dois Vizinhos, já muito bem estruturado, contando com mais de cinco mil habitantes, reivindicam e anseiam pela instalação urgente de uma delegacia de polícia.

Cruzeiro do Iguaçu fica distante do município de Dois Vizinhos, aproximadamente vinte e dois quilômetros, é uma distância longa entre o Distrito e o Município Base, no que se refere à Segurança Pública. Os mais de cinco mil habitantes que formam a população de Cruzeiro do Iguaçu somam-se com as reivindicações das autoridades policiais e municipais de Dois Vizinhos e clamam pela instalação de uma Delegacia de Polícia no Distrito. Muitas das vezes temos que recorrer ao Município Base, Dois Vizinhos.

Algumas vezes, a distância de vinte e dois quilômetros atrapalha no que se refere à Segurança Pública com rapidez, em outras vezes para mantermos a lei e a Ordem temos que improvisar medidas que vêm onerando

rar a população de Cruzeiro do Iguaçu.

Temos a certeza de que a comunidade de Cruzeiro do Iguaçu, acredita que a polícia foi criada para servir e proteger. Por isto, a razão desta reivindicação!

A Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, satisfatoriamente tem atendido tais Distritos com sua política avançada de segurança pública. Através deste, confiamos os investimentos neste setor, faz-nos crer na possibilidade do atendimento.

REQUERIMENTO Nº 1643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à pessoas abaixo nominadas, do Teatro Quilombo, contendo votos de cumprimentos, pela premiação obtida (melhor atriz coadjuvante, SHIRLEY BÉRGAMO, no festival de Teatro Amador de Santo Antônio da Platina - Pr. apresentando a Peça "A Ribalta", de autoria e direção de NEWDEMAR DE SOUZA.

- 1 - SHIRLEY BÉRGAMO
- 2 - NEWDEMAR DE SOUZA

Sala das Sessões, em 17.08.89
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1644

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às pessoas abaixo nominadas, do GTU, contendo votos de cumprimentos pela premiação obtida (melhor montagem, sonoplastia, ator e direção), com a apresentação da Peça "Exceção e a Regra", no 3º Festival de Teatro Universitário, realizado em Blumenau - SC.

- 1 - EDUARDO MONTAGNARI, Diretor
- 2 - LUTHERO DE ALMEIDA, Ator.

Sala das Sessões, em 17.08.89
(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício a Sua Excelência, a Sra. GILDA POLI ROCHA LOURES, Secretária de Estado da Educação, solicitando medidas que viabilizem, com a brevidade possível a implantação do curso de 2º grau - educação geral -, no Colégio Estadual Irenio Moreira Nascimento - ensino de 1º e 2º graus, no Município de Tibagi, objeto do Protocolo nº 619.188/6, de 1989, em trâmite naquela Pasta.

Sala das Sessões, em 17.08.89
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A proposição em apreço, configura-se da maior importância, analisados principalmente a necessidade de se oferecer maiores opções àqueles alunos que, concluindo o 1º grau, desejam dar continuidade ao seu aprendizado.

Não obstante o Colégio Estadual Irenio Moreira Nascimento possua o Curso de 2º grau - Magistério, a demanda de alunos, afluentes em sua maioria da zona rural, tem sido fator preponderante e indicador para a adesão de medidas que venham, efetivamente contribuir para a implantação do Curso de Educação Geral, de forma a oferecer à clientela estudantil melhor qualidade de ensino.

Dentro destas ponderações, é importante salientar que o Colégio em questão, apresenta toda infra-estrutura para administrar o Curso, tanto professores altamente habilitados como espaço físico adequado, nada obstando, ao nosso ver a referida implantação.

REQUERIMENTO Nº 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício a Excelentíssima Sra. GILDA POLI ROCHA LOURES, solicitando sejam determinadas providências para a implantação do Curso de 2º grau na Escola Estadual Alberto da Silva Paraná, localizada no Distrito de Ventania, Município de Tibagi, objetivando atender antiga aspiração da comunidade local e lideranças políticas daquele Distrito.

Sala das Sessões, em 17.08.89
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição está pautada nos constantes apelos recebidos de parte de lideranças políticas e comunitárias do Município, preocupados em estender àquela localidade mais essa opção à clientela estudantil, propiciando-lhes dessa forma a oportunidade de prosseguir com seu aprendizado.

Por outro lado a adoção da medida é, inegavelmente, uma contingência do estado de evolução que vem apresentando aquele Distrito, haja vista contar com uma população aproximada de 11.000 habitantes para 4.000 eleitores, além de uma considerável infra-estrutura, que lhe asseguram auto-suficiência econômica e administrativa. Por essa condição, é importante ressaltar que o Distrito de Ventania acha-se na iminência de ser elevado à categoria de Município, de conformidade com o Projeto de Lei, de autoria deste Deputado, sob nº 199/89, em trâmite no Legislativo Estadual.

Disso deflui-se a necessidade de aprimoramento no setor de ensino, a fim de adequá-lo às exigências e possibilitar ao jovem melhor qualidade.

REQUERIMENTO N° 1626

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores: Dr. Mailson da Nóbrega, MD. Ministro da Fazenda e ao Dr. Iris Rezende, MD. Ministro da Agricultura, solicitando aos mesmos atenção as reivindicações encaminhadas pelas entidades de classe ligadas aos triticultores. Entende este Parlamentar que as reivindicações fazem jus a um trabalho que está à mostra, e, cujas condições atuais são temerosas uma vez que se busca apoio imediato para que o setor tenha condições de uma safra a altura e não falha pela falta de condições que os triticultores encontram no momento.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Os baixos preços oferecidos aos produtores estão a desestimular o plantio interno, e para que esta política não progrida, é preciso, segundo as entidades representativas da classe, uma suplementação de recursos adicionais na conta-trigo; pagamento ao produtor com base no BTN fiscal além do reajuste do preço do trigo no mínimo pela paridade internacional.

Neste aspecto apoiamos os reclamos reivindicatórios tendo em vista a difícil situação que ameaça o setor enquanto o Governo pratica uma política rotulada como "suicida" para os produtores.

REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Doutor GEORGE CHRISTOFIS, Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC do Paraná, para que seja criado uma Unidade de Desenvolvimento Empresarial, na Delegacia Regional daquele órgão na Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) ANTONIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação formulada pelo Vereador EUCLIDES ZAGO ALEXANDRE DA SILVA da cidade de Maringá, conforme cópia ofício em anexo, mostrando o grande benefício que a criação de Uma Unidade de Desenvolvimento Empresarial levará para aquele Município, principalmente na formação de mão-de-obra especializada, tendo em vista

que dará oportunidade para que o empregado comerciário com menor poder aquisitivo possa frequentar os cursos que deverão ser ministrados após a criação da referida unidade.

REQUERIMENTO N° 1631

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário o envio de expediente ao Senhor Toyoski Sakai do 9° Distrito do DNER, solicitando providências, para que seja retomado os trabalhos às margens da BR 116 na altura do Pinheirinho.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Tratando-se de uma rodovia que corta o perímetro urbano desta Capital, e que serve de acesso para a Cidade Industrial, necessário se faz que esteja em condições satisfatórias de transitar, pois encontra-se totalmente paralisada, prejudicando o escoamento da produção das empresas ali estabelecidas, bem como o acesso das pessoas que trabalham naquela região.

REQUERIMENTO N° 1642

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes ao Ministro da Educação e Secretária da Educação do Paraná, solicitando providências urgentes para uma perfeita definição da política de fixação e de fiscalização das mensalidades escolares.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) LINDOLFO JUNIOR

JUSTIFICATIVA:

Desde que o ex-Ministro Hugo Napoleão editou normas para a fixação das mensalidades escolares, os pais ou responsáveis não sabem mais como calcular o que têm a pagar e nem a quem recorrer.

O Ministério da Educação chegou a editar uma "Cartilha", mas a mesma ficou superada antes mesmo de ter sido distribuída.

Naquela oportunidade, o Ministro autorizou o repasse dos reajustes concedidos aos professores, na época dos dissídios, mais a reposição das U.R.P's.

O Estado do Paraná havia adotado uma política própria de reajuste aos seus servidores, pela qual não eram repostos, mensalmente, os valores das URP's.

Consequentemente, passou a ser um drama para os professores estaduais manter filhos estudando em escolas particulares, pois, os seus vencimentos não acompanhavam os mesmos percentuais dos aumentos das

mensalidades.

Atualmente, os servidores públicos estaduais, juntamente com os pais de alunos e os responsáveis pelo pagamento das mensalidades escolares, sentem o mesmo problema.

Enquanto o Governo autoriza a elevação das mensalidades, em percentuais desconhecidos, juntamente com as prestações da casa própria, esquece de editar normas para orientar os interessados.

Como se não bastasse, tanto o Governo Federal quanto os dos Estados, adotam política salarial diversa, causando um descompasso entre os ganhos mensais e as despesas com educação e casa própria.

A situação está se tornando de tal forma insustentável, que protestos surgem diariamente em todas as localidades.

É necessário que haja sintonia entre o Governo Federal e os Estados, na edição de normas que possibilitem reajustes que possam ser suportados pelos alunos e fiscalizados, de forma eficiente.

No momento, inexistente qualquer parâmetro para se saber o "quantum" real desses reajustes, e se os mesmos obedecem a critérios emanados do Ministério da Educação.

Nos Estados, observamos a completa impossibilidade de fiscalização, por falta de entrosamento com o Governo Federal.

A conclusão é óbvia: O ENSINO ESTÁ SENDO PREJUDICADO!

É dever da União e dos Estados proporcionar o ensino a todos os cidadãos.

Se as escolas públicas são insuficientes para manter o ensino oficial, não se pode negar que os estabelecimentos particulares estão cumprindo um relevante papel no campo da educação. Mas, é preciso que sejam tomadas providências urgentes em favor do ensino.

Não é hora de se liberar o valor das mensalidades escolares e nem de se obrigar os estabelecimentos particulares a arcarem com prejuízos. Mas, abrindo-se o diálogo entre as partes, poderá ser encontrada uma solução. Solução essa, diferente de greves de professores ou de alunos.

Nossa posição é contrária à intervenção do Estado em diversos setores da atividade privada, mas, no caso das mensalidades escolares, solicitamos providências para evitarmos que a confusão que se observa atualmente possa prejudicar ainda mais os estabelecimentos que se dedicam com seriedade ao seu elevado mister, a sacrificada classe dos professores, e, principalmente, os alunos e os responsáveis pelo pagamento das mensalidades escolares.

REQUERIMENTO N° 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada a correspondência ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a adoção de medidas que impeçam o aparecimento da Leucopenia, doença ocupacional, devida a exposição e manipulação do Benzeno e misturas solventes que contenham Benzeno, de elevada toxidez.

REQUER ainda, que da decisão sejam informados o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica de Araucária e os Presidentes das Empresas relacionadas em anexo.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A Portaria Interministerial n° 03 de 28 de abril de 1982, assinada pelos então ministros de Estado da Saúde e do Trabalho, regulamenta a fabricação de produtos que contenham BENZENO em sua composição, considerando a elevada toxidez do BENZENO para os manipuladores e usuários do produto.

A Secretaria Regional de Medicina Social do Rio de Janeiro, considerando o Decreto n° 79.037 de 24/12/1976, que aprova o Regulamento do Seguro de Acidentes do Trabalho em seu anexo I, cita na Relação de Doenças Profissionais ou do Trabalho o "Benzeno, seus Homólogos ou seus derivados nitrosos e aminados" como agente patogênico e aplica os mesmos procedimentos.

São Paulo também já tomou providências, regulamentando o uso do produto.

A leucopenia é uma doença ocupacional que acomete os trabalhadores expostos ao Benzeno e misturas do solvente que contenham Benzeno em sua composição.

A doença tem acometido vários trabalhadores e é necessário que providências urgentes sejam tomadas.

Anexamos ao presente material para informe e orientação.

REQUERIMENTO N° 1635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando liberação de verbas para a construção da estrada que liga Coronel Vivida ao Distrito de Honório Serpa, passando pela localidade de Abundância.

REQUER, ainda, que da decisão sejam informados os membros da Diretoria da Cooperativa Agropecuária Guarany Ltda.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A estrada em questão é de importância vital para o escoamento da produção agrícola da região.

Nas condições atuais o transporte tem sido difícil, tornando-se quase impossível nos dias de chuva.

Lembramos que a região é habitada por pequenos agricultores, categoria que necessita dos benefícios das políticas governamentais, pelo desenvolvimento da agricultura do Paraná.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 201/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Ivaí Estado do Paraná, 10,50 alqueires, constituídos pelos terrenos situados no Município de IVAÍ de propriedade do Estado do Paraná, conforme Registro nº 13.131, lavrado em data de 10.09.1973, Livro 3-F, Fls. 125, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga - Jackson Carlo Calixto Moreira; e Registro nº 13.132, lavrado em data de 10.09.1973, Livro 3-F, Fls. 125, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ipiranga - Jackson Carlo Calixto Moreira.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o Art. 1º, serão destinados à edificação dos próprios dos Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário e à construção de obras de interesse social: Centro Comunitário, Terminal Rodoviário, Ginásio de Esportes, Núcleo Residencial, Sede da Associação dos Servidores Municipais, Horto Municipal e Áreas de Lazer, não podendo em qualquer tempo ser transferidos para terceiros ou utilizados para outros fins, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora se submete à douta consideração dessa Augusta Casa de Leis, e que tem por objetivo a doação de área de terra de propriedade do Estado, para o Município de Ivaí constitui-se, inegavelmente, ato da maior importância, uma vez que traduz a concretização de investimentos para o Município de obras públicas e sociais de grande relevância, propósitos esses, embasados nos ideais de realização daquela Administração Municipal, então preconizados pelo Governo, cujas diretrizes norteiam-se pelo direito inalienável do indivíduo à educação, à saúde, à propriedade, à segurança e ao bem

estar.

Fundamentado nesses princípios e, auscultando as necessidades do Município sobre fatores preponderantes a sua expansão sócio-econômica, mais propriamente à qualidade de vida da população e as suas prioridades, torna-se imperioso e uma contingência de sua própria evolução, que nos empenhemos nessa luta por novos horizontes para Ivaí, para sua gente, e possamos, através dessa concessão do Governo do Estado, dotar esse promissor Município paranaense, de toda infra-estrutura, oferecendo-lhe benfeitorias das mais diversas naturezas, tão imprescindíveis a sua condição como Município, e, portanto, esteio político-administrativo do Estado e da Nação.

PROJETO DE LEI Nº 202/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos ocupantes do nível universitário, da Administração direta, indireta e autárquica do Estado, extensivo aos inativos, regidos pela Lei nº 5517/68, 5550/68 e 5194/66, a gratificação de responsabilidade técnica, no percentual de quarenta por cento (40%), sobre seus vencimentos, para todos os efeitos legais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, encontra como justificativa, várias linhas de raciocínio, e dentre eles, destacamos:

01. Em 06 de julho do corrente ano, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e o Governador sancionou, a Lei nº 9049, que autoriza o Poder Executivo a atribuir a gratificação de quarenta por cento (40%), sobre os vencimentos dos ocupantes dos cargos de nível universitário da Administração direta e autárquica do Estado.

02. A referida lei apenas contemplou os profissionais regidos pelas Leis 5194/66 e 6496/77, ou seja, os profissionais Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos.

03. Ao estabelecer a gratificação de 40% sobre os vencimentos dos profissionais em apreço, o Estado do Paraná procede com justiça, pois, o baixo índice salarial pago às categorias profissionais já nominadas estava a exigir uma complementação que reequilibra-se o seu poder aquisitivo que vem sendo defasado ano após ano. Contudo, outros profissionais, executando missões e tarefas de igual responsabilidade ou asse-

melhadas, não foram contemplados no corpo da Lei n° 9049, deixando portanto de serem beneficiados, o que se constitui numa grave injustiça social, e porque não dizer, uma afronta ao princípio de isonomia estabelecida pela Constituição Federal.

04. Por outro lado, há que se dizer ainda, que a categoria profissional dos Médicos Veterinários, regulada pela Lei n° 5517/68, é enquadrada, para efeito de remuneração, no mesmo nível dos profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura e Agronomia, conforme claro está no texto da Lei n° 4950-A, de 22 de abril de 1966, transcrita a seguir: - "Lei n° 4950-A - 22 de abril de 1966. Dispõe sobre remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.

Art. 1° - O salário-mínimo dos diplomados pelos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente lei.

Art. 2° - O salário mínimo fixado pela presente lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no Art. 1°, com relação de emprego ou função qualquer que seja a fonte pagadora."

05 - Como ficou demonstrado no item anterior, para efeitos de remuneração tais profissionais possuem níveis equivalentes, embora executem atribuições diversas ou assemelhadas (como a exemplo do Engenheiro Agrônomo, o Médico Veterinário, o Zootecnista e o Engenheiro Florestal), conforme especifica as leis que regulamentam cada uma das profissões em apreço.

06 - No que tange ao aspecto da responsabilidade técnica, há que se dizer, ainda, que no próprio exercício das profissões acima descritas esta se evidencia, quer na elaboração de projetos, vistorias, fiscalizações, acompanhamentos, implantações e assistência técnica.

PROJETO DE LEI N° 203/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica denominado "RODOVIA TELEMÁCO DA SILVA QUADROS", o trecho da Rodovia PR-535, compreendido entre a PR-082, no Município de Grandes Rios, e a BR-487, no Município de Cândido de Abreu.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Em Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, no dia 1° de novembro de 1928, nasceu mais um gaúcho que viria, ainda criança, radicar-

-se no Paraná.

Jovem ainda, TELEMÁCO DA SILVA QUADROS dava os primeiros passos em busca de uma posição melhor na vida, ele, que era de origem humilde. Minido com uma bagagem especial que se constituiu de força de vontade, perseverança e uma marcante personalidade, TELEMÁCO foi vencendo, um a um os obstáculos que se lhe deparavam.

Marcou presença em vários jornais da Capital, entre eles, "O Dia", "Correio da Manhã", "Paraná Esportivo" e outros.

Em 1953, já respondia como Diretor da "Folha de Londrina". Em 1968, fundou a REVISTA PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS, marco de uma jornada vitoriosa que fez de TELEMÁCO DA SILVA QUADROS uma espécie de "embaixador" dos Prefeitos Municipais do Paraná que o tinham, não apenas como amigo, mas, também, como mediador para serem ouvidos pelas autoridades em suas reivindicações.

De fácil comunicação, sempre bem humorado e cordial, TELEMÁCO conquistava amizades não apenas com os Prefeitos Municipais mas, também, entre as autoridades na área estadual onde foi sempre prestigiado.

A REVISTA PARANAENSE DOS MUNICÍPIOS que tão bem soube dirigir, marcou uma vida e uma carreira brilhante e, com o desaparecimento de seu criador, em 1° de julho de 1989, é um legado que TELEMÁCO deixou aos seus sucessores.

O idealismo, o trabalho e a personalidade desse notável gaúcho que amava o Paraná, não devem passar despercebidos.

Em todo o Paraná, em cada um dos Municípios, TELEMÁCO deixou um amigo. É, pois, justa e meritória a homenagem de se denominar com seu nome o trecho da rodovia, objeto do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 204/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o trecho da PR-082, compreendido entre a sede do Município de Jardim Alegre e a sede do Município de Grandes Rios, passando pela Comunidade de Barra Preta e Balsa do Marolo.

Art. 2° - Fica denominado de "RODOVIA OSCAR VIRMONT DE ARRUDA" o trecho da PR-082, aludido no Artigo 1° do presente projeto de lei.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo e apropriado que estadualizar um trecho da rodovia que serve a uma região densamente povoada e produtiva.

O trecho da PR-082, objeto do presente projeto de lei, está sendo asfaltado em parte, pelo Estado. Também está sendo executado o projeto da ponte sobre o Rio Ivaí e tais melhoramentos serão, sem dúvida, creditados à atual Administração Estadual sendo, portanto, plenamente justificada a estadualização do trecho mencionado.

Quanto a denominar-se "RODOVIA OSCAR VIRMOND DE ARRUDA", justifica-se, igualmente, visto que se constitui em homenagem merecida a um homem que no decorrer de sua existência, muito contribuiu para o desenvolvimento da região do Vale do Ivaí.

Oscar Virmond de Arruda, nasceu na cidade de Guarapuava, Paraná, a 30 de janeiro de 1911. Em 1932, graduou-se como Bacharel em Direito pela UFPR. Exerceu as funções de Promotor Público da Comarca de Tibagi, Juiz Municipal em Mallet e Juiz de Direito das Comarcas de Foz do Iguaçu e Cornélio Procopio, no Paraná.

Em 1945, após deixar a Magistratura, passou a exercer a sua profissão de advogado em Cornélio Procopio. Posteriormente foi advogado na Sociedade Territorial Ubá Ltda., empresa colonizadora da região de Ivaiporã. Foi um dos fundadores do Município de Jardim Alegre, onde fundou a Agrovila da Comunidade de Barra Preta. Dedicou-se intensamente à política, especialmente após a interventoria de Manoel Ribas. Em 1960, com expressiva votação no Vale do Ivaí, ficou com a 2ª Suplência a Deputado Estadual.

Na Presidência da COPASA, em 1967, demonstrou o seu dinamismo, erigindo vários armazéns.

Sua vida de produtor rural, no Município de Jardim Alegre o levou a se integrar ao Cooperativismo, sendo um dos fundadores, da Cooperativa dos Cafeicultores de Ivaiporã, hoje denominada Cooperativa Mista do Vale do Ivaí - COPIVA.

Filho, esposo e pai exemplar, Oscar Virmond de Arruda foi, principalmente um ser humano notável, dotado de raras e especiais virtudes o que lhe valeu a simpatia e a amizade, mesmo de adversários políticos com os quais fazia questão de manter um entendimento cordial eliminando, assim quaisquer desavenças que os pleitos políticos pudessem causar.

Em 15 de abril de 1984, com 73 anos de idade, e uma vida profícua em realizações, Oscar Virmond de Arruda faleceu.

Com este resumo delineamos o perfil daquele a quem o Vale do Ivaí, principalmente os municípios de Jardim Alegre e Ivaiporã, muito devem.

PROJETO DE LEI N° 205/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - O art. 1°, da Lei n° 9007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Fica criado o Município de IBEMA, com território desmembrado do Município de Catanduvas, com sede na localidade do mesmo nome, e com as seguintes divisas:

Inicia-se na cabeceira do arroio Mato Queimado, desce por esse observando a divisa dos Municípios de Catanduvas e Guaraniaçu, até a barra dos Rios Isolina e Belarmino; desse ponto segue por uma linha seca, até encontrar a barra do arroio Guará com o rio Adelaide; sobe por este rio até a sua cabeceira e daí no mesmo sentido da cabeceira por linha reta até o travessão do Imóvel Colônia Murilo, por este travessão (divisa intermunicipal com Campo Bonito) no sentido leste até a cabeceira do Arroio Mato Queimado, ponto de partida.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Lei n° 9007 de 12 de junho de 1989, que criou o Município de Ibema, está com erro cartográfico quanto ao perímetro do referido município no trecho onde se lê:

"pela divisa do imóvel Colônia Murilo até a estrada Federal BR-277; desse ponto segue pela referida estrada no sentido de Cascavel até o seu cruzamento com a linha de divisa com o Município de Guaraniaçu;"

Pela BR-277 não se encontra o travessão do Imóvel Colônia Murilo, e o ponto mais definido e claro no terreno é a cabeceira ou nascente do Rio Adelaide e deste ponto no mesmo sentido até o referido travessão.

Levando-se em consideração tais correções necessárias para que, legalmente, não se levantem objeções interpretativas quanto à área emancipada, contamos com a aprovação dos nobres Pares para o projeto de lei em tela.

PROJETO DE LEI N° 206/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado o Município de NOVA LARANJEIRAS, com território desmembrado no Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras e as seguintes divisas:

"Começa na Barra do Rio União com o Rio das Cobras, deste até a ponte do Rio Chagu onde passa a Estrada da Fazenda Velha, numa distância de aproximadamente 14.250,00 metros ao rumo de 72°00' SE, confrontando com o Município de Laranjeiras do Sul, seguindo-se rio acima até a

Barra do Rio do Tigre com o Arroio dos Macacos, subindo por este acima até encontrar outro arroio à esquerda que vai até a sua cabeceira. Daí por uma estrada secundária até a encruzilhada da Estrada da Herveira, vindo rumo a Laranjeiras do Sul, até a cabeceira do Rio Lambedor, descendo por este até encontrar o Rio Barreiro, descendo pelo Rio Barreiro até encontrar o Rio Cinco Voltas, confrontações estas com o Município de Laranjeiras do Sul, descendo o Rio Cinco Voltas até encontrar o Rio do Cobre, descendo este até o Rio Piquiri, confrontando com o Município de Cantagalo, descendo o Rio Piquiri até encontrar a Barra do Rio Casado confrontando com o Município de Palmital, subindo o Rio Casado até sua cabeceira, deste numa linha seca de aproximadamente 4.500,00 metros ao rumo N-S, até a cabeceira do Rio Guarani, descendo o Rio Guarani até a divisa do Município de Guaraniagu e Quedas do Iguaçu, confrontações estas com o município de Guaraniagu, seguindo-se numa linha seca numa distância de aproximadamente 1.500,00 metros, ao rumo de 86°30' SE até encontrar a antiga estrada Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, seguindo até o Rio União, descendo o Rio União até o ponto de partida, confrontando com o Município de Quedas do Iguaçu.

Memorial Descritivo do perímetro urbano da sede do Município de Nova Laranjeiras:

"Tem como ponto de partida a Foz do Arroio da Vila com o Rio das Cobras. Linha de limites seguem pelos seguintes pontos de referência: margem esquerda do Arroio da Vila, cruza a BR 277, lote n° 01 deflexão de 90°, fundo das quadras n°s 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 16, deflexão 90° segue até a BR 277 lado esquerdo da BR 277 rumo a Guaraniagu, deflexão de 90°, atravessa a BR 277, passando ao lado da quadra n° 17, atinge o Rio das Cobras pela sua margem esquerda até a sua foz com o Arroio da Vila, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Obs.: Em anexo, oito folhas de papel almaço contendo assinaturas; declaração da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul informando o número de residências no quadro urbano; certidão da Justiça Eleitoral informando o número de eleitores; declaração da Câmara Municipal assentindo à emancipação; Memorial Descritivo elaborado pela Prefeitura de Laranjeiras do Sul; Certidão da Prefeitura de Laranjeiras do Sul, sobre a Lei Municipal n° 05/80; cópia de extrato do Diário Oficial n° 10, de 14 de março de 1962, constando lei de criação do Distrito Administrativo e Judiciário de

Vila Nova Laranjeiras; Ofício da Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul, de n° 233/89, consubstanciando o apoio à presente proposição; informação da Unidade de Cadastro Municipal do INCRA, sobre cadastramento de imóveis rurais; mapa do território de Nova Laranjeiras; mapa da sede de Nova Laranjeiras.

PROJETO DE LEI N° 207/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AOS IDOSOS DE FOZ DO IGUAÇU, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Num país onde a grande maioria das vezes os idosos vêm-se abandonados à própria sorte, das mais meritórias e edificantes é a preocupação do povo generoso de Foz do Iguaçu, em relação ao problema da velhice desamparada.

E, foi fundamentado nesta preocupação que parcela da população daquele município, resolveu aos 26 de setembro de 1983, fundar a associação acima nominada.

Desde então, através de inúmeros trabalhos, vem desenvolvendo atividades voltadas ao atendimento de idosos carentes.

Prestando serviços de assistência social, e de fins filantrópicos e gratuito a idosos carentes, através do fornecimento de assistência médica, medicamentosa, alimentícia, vestuário, moral e psicológica.

Não constitui por certo, novidade para ninguém as dificuldades com que este tipo de trabalho desenvolve-se, uma vez que, nem sempre, embora seja grande a contribuição do povo de Foz do Iguaçu, os recursos são suficientes.

Razão pela qual, apresentamos o presente plano de lei, que se aprovado por esta Casa, poderá contribuir com o benemérito trabalho desenvolvido pela Associação de Amparo aos Idosos de Foz do Iguaçu.

PROJETO DE LEI N° 208/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a ORACINA PEREIRA, uma pensão mensal no valor de NCz\$ 100,00 (cem cruzados novos).

Parágrafo Único - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.08.89

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que é submetido à apreciação desta Assembleia Legislativa é revestido de objetivos plenamente justos e humanitários, eis que virá amparar pessoa idosa, de saúde muito precária e sem quaisquer meios próprios de sobrevivência, e que, embora seu finado marido tenha sido servidor público, nenhuma pensão ou benefício percebe de órgãos previdenciários, por não ter sido possível preencher requisitos por eles exigidos. Espera-se, portanto, que a presente proposição possa merecer aprovação do Plenário desta Casa.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDC se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PFL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PTB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PIN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(DECLINA).

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de auto-

ria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado David Cherigate, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 44/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Proceder-se-á à verificação de votação.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE: (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal 24 Senhores Deputados. Não há quorum para votação.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 46/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 26/89), que autoriza o Poder Executivo alinear a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL, uma área de terra situada no Município de Laranjeiras do Sul. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 49/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 32/89), que objetiva dar nova

redação ao parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 7.766, de 11 de novembro de 1983, através da qual o Poder Executivo doa ao município de Itambé um imóvel para a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 67/89, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera a Lei nº 8.679, de 22 de dezembro de 1.987. (Autoriza ao Poder Executivo a proceder, na forma que especifica, permuta de imóveis com o município de Londrina). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 104/89, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o título de Cidadã Benemerita do Paraná à Pastora Odá de Castro Pessanha. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/89, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Prefeito Moacyr Castanho", com sede e foro no município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 119/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio, que declara de utilidade pública o "Recanto da Velhice de Paraíso do Norte", com sede e foro no município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/89, de autoria do Deputado José Felinto, que declara de utilidade pública o "Centro de Estudos de Psicodrama Infantil do Estado do Paraná", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 30/89, de autoria do Deputado Tadeu Lúcio Machado, que denomina "Deputado Leovegildo Salles" o auditório "B" do Edifício Tancredo Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/87, de autoria do Deputado RAUL LOPES, que cria a vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES

FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI Nº 256/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada a vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná.

Art. 2º - A Polícia Militar do Paraná regulamentará o concurso de provimento de vaga, bem como fará o devido recrutamento e seleção.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.04.89.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, o número de evangélicos na Polícia Militar atinge a casa de aproximadamente 60% do efetivo.

Tal criação já foi ensejada pelo Comando Geral da Corporação em 1984, mostrando, assim, que, de há muito, a Polícia Militar clama pela existência de um capelão evangélico nas suas fileiras.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 256/89

P A R E C E R:

I - Propõe o ilustre Parlamentar a criação de vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná. Justifica a iniciativa argumentando que o número de evangélicos na PM chega a 60% do efetivo.

II - O Projeto não tem óbice constitucional e nem regimental, razão pela qual opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.04.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente
NEREU CARLOS MASSIGNAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 256/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Raul Lopes, tem por finalidades criar a vaga de Capelão Policial Militar Evangélico na Polícia Militar do Paraná.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido Projeto de Lei neste Poder.

Assim sendo, manifestamos o nosso Parecer Favorável, opinando pela APROVAÇÃO do referido Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.08.89.

(aa) QUELSE CRISÓSTOMO - Presidente
LEONIDAS CHAVES- Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 43/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 20/89), que autoriza o Poder Executivo a alienar a DINOR BENAZZI, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporadas ao patrimônio do ITCF, no município de Marilena - Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

PROJETO DE LEI Nº 43/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a DINOR BENAZZI, na forma do art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, a área de terras devolutas com 201 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na forma da Lei Estadual nº 7.055, de 4 de dezembro de 1978, constituída pelos lotes nºs 95 e 95-A, integrantes da Gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, município de Marilena, objeto das Matrículas nºs 3.917 e 3.918, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, que somada às áreas ao mesmo já tituladas, perfazem o total de 667,20 hectares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.03.89

(a) Poder Executivo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 043/89

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental Nº 20/89, tem por finalidade autorizar alienação ao Senhor DINOR BENAZZI a área de terras devolutas com 201,00 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado - ITCF, conforme especifica a supra citada mensagem, que somada às áreas do mesmo cidadão anteriormente tituladas, perfazem o total de 667,20 hectares. Assim sendo, mister se faz o pedido de autorização legislativa, conforme preceito constitucional.

A sobredita alienação é da competência desta augusta Assembléia Legislativa com sanção do Senhor Governador, conforme o estabelecido no art. 21, inc. VIII, alínea "c" da Constituição Estadual, ainda vigente. Pois, conforme se extrai do Decreto Estadual Nº 6.414, de 08 de março de 1979, que proíbe o ITCF de proceder à alienação de terras devolutas superior a 200 hectares e do supra citado artigo constitucio-

nal que remete à apreciação do Poder Legislativo, com a devida sanção do Chefe do Poder Executivo, a alienação de terras devolutas superior a 500 hectares, a mesma segue os parâmetros legais das atuais normas vigentes.

O pedido de autorização legislativa, incluso na citada Mensagem Governamental, encontra-se devidamente justificado, dispensando qualquer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação deste Projeto de Lei em tela.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

Em discussão.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que tão logo tenha número para votação, vai proceder à votação.

Com a palavra para discutir o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas presentes à sessão de hoje, demais participantes dos trabalhos legislativos.

Queria aproveitar este momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para chamar a atenção dos nobres Pares para o mérito desta matéria ora em discussão. Esta Mensagem palaciana tem por objetivo autorizar a alienação de 201 hectares de terras - terras devolutas do Estado - ao Senhor Dinor Benazzi, que vai totalizar 667 hectares, porque ele já teve uma autorização legislativa e já foi titulado em seu nome 466 hectares de terras no município de Marilena - terras devolutas do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não consigo compreender as duas faces desse Governo. Quando os sem-terra se mobilizam porque querem trabalhar, porque querem produzir, querem um lugarzinho para morar, a resposta é quase sempre: no Estado do Paraná não tem terras, não tem terras devolutas, não tem terra improdutiva, não tem terra sobrando. E, de repente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, duas autorizações legislativas são solicitadas pelo Palácio Iguaçu para que o Estado do Paraná transfira a um proprietário mais de 600 hectares de terras produtivas, férteis, simplesmente para um cidadão paranaense. Por que será tanta benevolência com uma pessoa, enquanto que na outra face não existe a mesma boa-vontade para aqueles que

precisam da terra, que precisam não de 200 ou 600 hectares; que precisam de um hectare, de cinco ou de dez para matar a sua fome, para ter um lugar para morar, para ter um local para trabalhar. Para estes o Estado não tem terras devolutas. É engraçado!

Acompanha esta Mensagem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, alguns pareceres, pareceres estes que justificam tal ato do Poder Executivo.

Se fôssemos retomar o histórico desta área, perceberíamos que no período do Governo passado, Governo José Richa, já havia em tramitação a solicitação para que fosse autorizada a alienação desse imóvel ao dito solicitante.

Na época, o parecer foi contrário sob a alegação de que essa área era uma área própria para assentamento de trabalhadores, era uma área própria para destinação social e, por isso, na época essa Mensagem, este projeto, não teve o intento desejado.

Estranha-nos neste momento, que agora se encontra um jeitinho através de um Parecer do Procurador do ITOP do Estado, que concede um parecer autorizando sob uma alegação que, do meu ponto de vista, é uma alegação completamente esdrúxula. Diz a alegação que seria importante rever essa posição negada no Governo anterior, negada no Governo passado, com base nas seguintes justificativas, diz o parecer: "que existe lotação de cinco cabeças de gado por alqueire dessas áreas. Diz mais: que as demais benfeitorias desses lotes são bem conservadas, como também é bom o estado geral da propriedade, já que os referidos lotes fazem parte de uma área anterior chamada Fazenda Gaúcha. Diz mais: que nessa fazenda tem toda a infra-estrutura que necessita para moradia dos empregados e manejo do gado existente. Diz mais: verifica-se também de prova dos autos que o requerente por três vezes consecutivas recebeu prêmio do Poder Público, como produtor modelo e ganho de produtividade. São algumas das justificativas que fazem com que o atual Poder Executivo, reveja a posição anterior e solicita autorização para que se transfira essa área para esse proprietário. Diz mais: sendo assim, levando-se em consideração não somente a questão jurídica, mas também a relação custo-benefício, nos parece que a medida político-administrativa do caso é mais conveniente, é no sentido de acatar o pedido de reconsideração do despacho com vistas ao encaminhamento de mensagem ao Poder Legislativo".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é inaceitável tal procedimento. Ora, só por que o representante do Poder Executivo está prevendo que vai ter uma demanda na

justiça e só por que ele imagina que há alguma possibilidade de perder essa demanda, só por isso, então, se pede autorização Legislativa para que se transfira esse bem público, essa terra devoluta de 201 hectares, onde quatrocentos e tantos já foram transferidos de terras devolutas do Estado, para beneficiar uma pessoa. Nós, do Poder Legislativo, Senhores Deputados, não podemos avalizar tais atos porque, se nós avalizarmos esse ato, amanhã ou depois, nós teremos que avalizar outros atos.

Eu, Deputado Pedro Tonelli, posso amanhã, se aprovada essa mensagem, ir ao Palácio Iguaçu e solicitar, porque eu estou tendo um bom desempenho na minha área que tenho lá em Capanema, onze hectares, porque tenho uma grande produtividade de mel, porque tenho dez cabeças de gado, porque cada vaca produz bastante leite, eu vou chegar ao Palácio Iguaçu e exigir que me transfira mais duzentos hectares de terra pública, terra devoluta do Estado.

Não é justo, e nós do Poder Legislativo não podemos de maneira nenhuma cometer tal imbecilidade, tal infantilidade. O Paraná tem terra sobrando sim, não temos que negar, mas as terras que estão sobrando no Paraná, e principalmente as terras públicas, as terras devolutas que são propriedade do Estado, nós temos que destiná-las para atender a função social, temos que destinar àqueles que têm vocação para produzir a terra; àqueles que precisam dela, para moradia, para alimentação. É para isso que esse Parlamento tem que destinar, autorizar a alienação das terras públicas.

O SR. ALGACI TÚLIO - Permite-me um aparte Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo nobre Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Pedro Tonelli, acompanhando atentamente seu pronunciamento cheio de razões, e eu quero avalizar embaixo suas palavras. Entendemos que é um assunto muito polêmico, é uma demanda que o Senhor Dinor Benazzi vem tendo com o Governo do Estado, já desde dezembro do ano passado. E nós estamos vendo aqui na Ordem do Dia, inclusive pareceres que merecem uma análise mais profunda de nós, Deputados.

Não podemos, assim, numa simples sessão colocada na Ordem do Dia, chegarmos aqui, num simples passar de olhos dizer sim ou não. Pode até que isto aqui seja importante para o Senhor Dinor Benazzi, pode até que seja importante para o Governo do Estado. Mas, nós precisamos antes de mais nada analisar com profundidade, ver até onde há interesse do Estado em ceder

esta terra só porque o homem tem cabeças de gado. Vossa Excelência vai criar mel e eu vou criar galinhas. E vou pedir terras para o Governo do Estado. Então, eu quero dizer que estamos com Vossa Excelência e evidentemente precisamos retirar de pauta, pelo menos hoje não se vota mais, porque não havia "quorum" para se votar nada na sessão. E segunda-feira, evidentemente, com uma verificação mais aprofundada, damos o nosso parecer em relação. Do jeito que está, como está nós não poderemos aprovar. Tem toda razão Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço, nobre Deputado Algaci Túlio. A sua referência foi muito oportuna. E digo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos assumir o nosso poder com responsabilidade. E os bens públicos do nosso Estado não podemos mais permitir que eles sejam destinados para defender interesses de uma pessoa, de um grupo, ou principalmente daqueles que não precisam da terra. Porque quem já tem 400 hectares de terra não tem justificativa nenhuma para que o Estado transfira para ele terras públicas, para que tenha mais 201 hectares de terra.

Era isto o que eu gostaria de colocar em apreciação. E é óbvio que hoje já não podemos mais votar. Mas, vale a preocupação para que na próxima sessão quando formos votar levemos em conta e aprofundemos tal assunto, porque é de interesse público.

Era isso, Senhores Deputados.
Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão do Projeto de Lei nº 43/89. Para encaminhamento de votação, com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência deu a palavra ao Deputado Nereu Massignan para encaminhamento de votação? Não há como se votar hoje, Senhor Presidente. Não havia "quorum".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas, nós não vamos votar. Só encaminhar a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado. Era a resposta que eu queria.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos discutindo matéria que trata da concessão de terras, objeto da Mensagem nº 20/89, que transfere-se 201 hectares de área devolutas, incorporadas ao patrimônio do ITCF, no município de Marilena, Paraná, ao Senhor Dinor Benazzi.

Venho a esta tribuna falar em nome da

Bancada do PSDB e colocar a nossa posição no seguinte sentido: não vemos, no Projeto, vício de inconstitucionalidade. E como hoje estamos na votação quanto à constitucionalidade, a nossa Bancada vota favorável, reservando-se, porém, o direito de discutir o mérito na 2ª, 3ª e eventualmente 4ª discussão do Projeto. Isto porque lendo a documentação e a justificativa da Mensagem do Senhor Governador, na verdade os Senhores Parlamentares ficam com alguma dúvida: porque o próprio Parecer e a própria Mensagem mostram dois caminhos. Trata-se de uma decisão política, em que ou nós concedemos as terras a este interessado ou nós as destinamos ao assentamento dos sem-terras. Isto está claramente dito no Parecer do ilustre Procurador do ITCF, João Bonifácio Cabral Júnior, a quem eu tenho a maior admiração e de quem eu presto testemunho público de sua capacidade como profissional e da sua honesta e ilibada conduta como homem da administração pública que foi, trabalhando no INCRA em Brasília, como ex-presidente do ITCF.

Em nenhum momento a bancada do PSDB coloca sob suspeita o parecer do ilustre Procurador e Advogado João Bonifácio Cabral. Tanto é verdade que ele dissecou todas as diretrizes e todas as alternativas quanto ao encaminhamento desta questão.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a bancada tucana vota hoje quanto à constitucionalidade favoravelmente ao projeto com a reserva da discussão do mérito nas próximas discussões, permitindo aprofundamento na discussão e na decisão desta Assembleia Legislativa no momento em que ela está também imbuída com os poderes constituintes e está, já de antemão, de um projeto, de um anteprojeto em que a questão das terras e da reforma agrária é tratada de forma diferenciada da legislação e do sistema constitucional vigente.

Era isso Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 101/89, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que declara de utilidade pública a "Associação dos Empregados da Mineropar" - ASSEMIN, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 101/89

De autoria do ilustre Deputado Nereu Massignan, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a Asso-

ciação dos Empregados da Mineropar - ASSEMIN, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstância, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1ª DISCUSSÃO - DO Projeto de Lei nº 105/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta", com sede e foro na cidade de Goioerê com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 105/89

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a "Santa Casa de Misericórdia Maria Antonieta", com sede e foro na cidade de Goioerê.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/89, de autoria do Deputado Homero Oguido, que declara de utilidade pública o "Clube de Ciências Nilo Cairo", com sede e foro na cidade de Apucarana. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 112/89

De autoria do ilustre Deputado Homero Oguido, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o "Clube de Ciências Nilo Cairo", com sede e foro na cidade de Apucarana.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental

à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.05.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

A Mesa anuncia a presença de 29 Srs. Deputados

Projeto de Resolução nº 44/89 que estava na fase de votação vai ser submetido a votos.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 44/89, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito, no município de Palotina para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Maripá. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. (Em anexo Projeto de Lei nº 170/88)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.
(chamada nominal)

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós estamos votando ainda o requerimento de preferência de votação do Deputado Gernote Kirinus?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não Estamos votando o Projeto de Resolução nº 44/89.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, em consideração ao Deputado Gernote Kirinus e ao casal que veio aqui exatamente para acompanhar esta votação, retiramos o pedido de chamada nominal, mas o faremos no Projeto seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Projeto de Resolução nº 44/89.

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI (Para Encaminhar) - Na verdade, Senhor Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna para pedir aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que compõem esta Assembléia Legislativa, pedir o voto favorável ao plebiscito que emancipa o novo município de Maripá, desmembrado, em grande parte, do município de Palotina.

Na verdade Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós estamos, ao votar favoravelmente a esta emancipação, atendendo um desejo

muito antigo, da comunidade de Maripá, que sem dúvida nenhuma, é a principal reivindicação daquela comunidade, e não é uma reivindicação nova, Srs. Deputados, é uma reivindicação antiga, a primeira das reivindicações daquela população que transformou a comunidade de Maripá, sem dúvida nenhuma na comunidade mais desenvolvida, social e economicamente, do Paraná!

Eu até digo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que cada Deputado que compõe este Parlamento deveria conhecer o que é a força, o que é a vontade de um povo que enfrentou todos os sacrifícios e todas as dificuldades e construiu uma comunidade que vai constar nos mapas estatísticos do Brasil e deste Estado como a comunidade mais desenvolvida social e economicamente.

E por isso, vimos a esta tribuna, pedir à Bancada do PMDB e a todos os partidos para votar favoravelmente a esta reivindicação, justa, daquela comunidade!

É claro que aquela população foi enganada muitas vezes, com promessas eleitorais, todas as vezes que se aproxima um pleito eleitoral, estadual, iam lá Parlamentares, candidatos a Parlamentares prometer a emancipação àquela comunidade, mas sempre mal intencionados, porque sabiam que aquela comunidade não preenchia os quesitos necessários para a emancipação, tanto que este Poder nunca votou um Projeto neste sentido.

Mas agora, com a Nova Constituição, que cria um critério principal e básico para a emancipação de novas comunidades, que é a auto-suficiência econômica e financeira, o município de Maripá tem que ser emancipado que é o que mais se enquadra, no Estado do Paraná, neste quesito.

Por isso nós estamos nesta tribuna, para pedir o apoio de todas as Bancadas que compõem o Parlamento.

A população que vai compor o novo município, que englobará distritos administrativos como o de Pérola Independente, como o de Candeia, como o de Nova Blumenau, como o de Gaúcha, como o de 25 de Outubro, estas são as comunidades extraordinariamente organizadas da região Oeste do Paraná, do município de Palotina, e que por gerarem um desenvolvimento tão acentuado como geraram, eles têm mais autonomia agora, política e administrativa para caminhar os próximos passos que terão que dar rumo a conquista de um desenvolvimento.

Quero dizer também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a emancipação de Maripá não é o fim da nossa luta em defesa daquela comunidade. Nós temos também outras lutas a empreender em favor dos interesses daquela população, que são as medidas administrativas que o Governo do Estado terá

que dar para que seja implantado aquele município já com infra-estrutura organizada para dar o grande salto rumo ao desenvolvimento que ainda não detinha em função da sua falta de independência política e administrativa.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho certeza que este Parlamento votará por unanimidade e saudará e o faço desta tribuna, o nascimento de um novo município, o município mais desenvolvido social e economicamente do Estado do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto nº 44/89 que cria o município de Maripá, está APROVADO.

O SR. RAFAEL GRECA (Questão de Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou de posse de quatro certidões, expedidas pelo Sr. Habib Miguel, Diretor Geral da Casa, por determinação do Sr. 1º Secretário da Assembléia, Deputado Tadeu Lúcio Machado, e as quatro certidões me dão ciência de que pedidos de informação feitos por esta Assembléia, não mais por mim, mas por esta Assembléia, ao Governador do Estado: o primeiro deles, no dia 3 de abril de 1989; o 2º deles, no dia 13 de março de 1989; o 3º deles, no dia 15 de maio de 1989 e o 4º deles, no dia 17 de maio de 1989, nenhum dos pedidos de informação foi respondido pelo Governo do Estado.

Diz a lei vigente, a Constituição, que deve a Assembléia indiciar em crime de responsabilidade os responsáveis do Poder Executivo que não responderem as indagações do Poder Legislativo.

Eu apelo ao Sr. Presidente, aos Srs. Deputados do Governo no sentido de que se dirija pessoalmente ao Governador do Estado, pedindo que responda os pedidos de informação, senão se deve fechar esta Assembléia. Porque não há por quê a Assembléia indagar o Poder Executivo e o Poder Executivo se recusar a responder à Assembléia.

Não há histeria oposicionista na minha reivindicação, porque por mais de 90 dias esperei que respondessem o que obriga a lei: "respondam em 30 dias". E por mais de 15 esperei que se me dessem as certidões aqui no protocolo da Assembléia, certificando que "nada consta".

Entre os pedidos de informação está um que é sobremaneira grave, aquele no qual a Assembléia indaga ao Secretário da Fazenda do Estado, quanto arrecadam as indústrias estabelecidas na Cidade Industrial de Curitiba, em número de 700. Não quererá o Sr. Secretário da Fazenda contar qual é a arrecadação de ICMS da Cidade Industrial de Curitiba? Ou estará o Governo do Estado agindo de maneira desonesta com o povo de

Curitiba, tornando o Governador indigno de ser morador desta cidade, que entre outras coisas é a sua capital e seu domicílio.

Então, Sr. Presidente, a questão de ordem é no sentido de que Sua Excelência se dirija ao Governador, porque é imperioso que esta Assembléia se faça respeitar com qualquer maioria que tenha o Governo que aqui amealhe o Governo. Os Deputados, somos Deputados; o Paraná pede Deputados que se façam respeitar e o Governador não está acima das leis, o Governador não está acima do estatuído na Constituição, nem do estatuído nas leis.

Então, Senhor Presidente, ainda uma vez eu apelo a Sua Excelência que se dirija ao Governo do Estado pedindo que respeite a Assembléia; senão nós vamos partir para o rumo das coisas em Minas Gerais, com torcidas organizadas no plenário e a população sendo convidada a vir aqui, apesar de todo o controle de mídia que possam exercer, para ver por que não quer o Governo do Estado contar quanto a cidade Industrial de Curitiba arrecada de ICMS. Que segredo é esse tão grave, tão guardado a sete chaves que os curitibanos não podem saber? Então, Senhor Presidente, em nome da Assembléia, em nome do Poder Legislativo, eu peço que Sua Excelência se dirija ao Senhor Governador, torne essas certidões sem efeito e me traga a resposta aos pedidos de informação, porque de todos só um me foi respondido, aquele que, pasmem Senhores Deputados, indagava o que acontecia com os imóveis do IPE em Curitiba, e, entre outras coisas, me respondia o superintendente do IPE que as viúvas, os funcionários, os previdenciários do Estado... Deputado Alborghetti, não fique perto de mim demais que o senhor colore a minha sombra e me atrapalha...

Então, vejam o seguinte: os previdenciários, as viúvas do Estado, estão pagando pelo funcionamento do prédio do TRE, a Justiça Eleitoral funciona sem pagar aluguel num imóvel de propriedade dos funcionários do Estado; os funcionários do Estado pagam o funcionamento da sede do Tribunal Regional Eleitoral. Pergunto: não terá verbas próprias o Tribunal Regional Eleitoral para organizar a sua eleição sem que o dinheiro da viúva, daí não o do Estado, mas o da viúva do Estado, pague a sua sede? Então, vejam como esses pedidos de informação são esclarecedores para que se construa a democracia.

Eu quero fundamentar uma disposição transitória da Constituinte sobre a cidade Industrial de Curitiba e preciso dos dados da Fazenda do Estado e, se não me forem dados, além do crime de responsabilidade, nós vamos colocar o Secretário da Fazenda no ridículo de pagar uma auditoria particular, dessas auditorias nacionais, de fa-

ma nacional que existem para fazer o levantamento particular pela Prefeitura de Curitiba de quanto a CIC arrecada. O Governador, se quer morar em Curitiba e ser Governador dos curitibanos, deve nos mandar responder isso.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado Rafael Greca que vai encaminhar, através da Presidência, novamente o pedido de informação e, se as informações não vierem no prazo legal, a Mesa tomará as providências necessárias.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei, aliás, votação n. 46/89. Senhores Deputados que aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu requero verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação. A Mesa pede à atenção dos Senhores Deputados. Senhores Deputados que aprovam a mensagem queiram levantar-se.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Após a verificação será feita a chamada nominal.

A Mesa está procedendo à verificação de votação para o Projeto de Lei n. 46/89. Solicito aos Senhores Deputados que tomem assento em seus lugares.

Solicita às pessoas estranhas ao plenário que, por obséquio, abandonem o recinto.

O Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte Senhores Deputados aprovam e cinco rejeitam. Não há quorum para votação.

Chamada nominal solicitada pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Werner Wanderer) (Procede à chamada nominal dos senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Responderam à chamada 28 Senhores Deputados. Está em votação o Projeto n. 46/89. Aprovado.

VOTAÇÃO:

Projeto de Lei n. 49/89 - Aprovado.

Projeto de Lei n. 67/89 - Aprovado.
 Projeto de Lei n. 104/89 - Aprovado.
 Projeto de Lei n. 116/89 - Aprovado.
 Projeto de Lei n. 119/89 - Aprovado.
 Projeto de Lei n. 124/89 - Aprovado.
 Projeto de Resolução n. 30/89 - A-

vado.

Projeto de Lei n. 256/87 - Aprovado.
 Projeto de Lei n. 43/89 -

O SR. PEDRO TONELLI - (Para encaminhar)
 Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está em votação o projeto que eu fiz
 menção na tribuna.

Este Projeto que autoriza a alienação
 de terra pública a alguém que já tem mais
 de 400 hectares de terras públicas conce-
 didas pelo Estado, no passado.

Por isso apelamos, Senhor Presidente,
 Senhores Deputados, para que votemos con-
 trários a tal intenção do Governo.

O Estado do Paraná não tem terra
 sobrando para alienar, para fazendeiro que
 já tem bastante terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em vota-
 ção o projeto. Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Requei-
 ro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se
 proceder à verificação de votação.

10 (dez) Senhores Deputados APROVAM.

08 (oito) Senhores Deputados REJETAM

Não há quorum para votação.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.
 113/89, de autoria do Deputado HOMERO
 OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o
 CENTRO OCUPACIONAL DE LONDRINA, com se-
 de e foro na cidade de Londrina. Com PARE-
 CER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.
 Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROJETO DE LEI N. 113/89

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n. 113/89,
 de autoria do Deputado Homero Oguido, tem
 por finalidade declarar de Utilidade
 Pública "Centro Ocupacional de Londrina",
 com sede e foro naquele Município.

Ao analisarmos o mesmo, vemos que a
 referida entidade encontra-se de acordo
 com os ditames da Lei n. 6.994, de
 10.01.78, que dispõe sobre normas para
 declaração de Utilidade Pública, tendo ad-
 quirido personalidade jurídica há bem mais
 de um ano, estando em efetivo exercício,
 promovendo atendimento ocupacional a defici-

cientes mentais, com ou sem problemas psi-
 quiátricos a maiores de 15 (quinze) anos,
 estimulando o estudo e a pesquisa, propor-
 cionando assistência social a esses neces-
 sitados, como comprovam os atestados e
 declarações em anexo. Comprovada, também,
 a não remuneração a qualquer título, de
 qualquer membro da Diretoria e dos Conse-
 lhos Deliberativo e Consultivo, em con-
 formidade com o disposto no Art. 20º do
 Estatuto da Instituição.

Sendo assim, esta douta Comissão de
 Constituição e Justiça, opina FAVORÁVEL-
 MENTE pela aprovação do projeto de Lei em
 tela, não encontrando o que possa impedir
 a tramitação pelos órgãos desta Casa de
 Leis.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.06.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.
 31/89, de autoria do Deputado PIRAJÁ FER-
 REIRA, que denomina DEPUTADO BENEDITO LÚ-
 CIO MACHADO, o auditório "A" do edifício
 Tancredo Neves. Com PARECER FAVORÁVEL da
 C.C.J. por unanimidade. Encerrada a Dis-
 cussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
 PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/89

P A R E C E R:

O presente Projeto de Resolução, de
 autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira,
 tem por objetivo prestar justa e honrosa
 homenagem, denominando "Deputado Benedito
 Lúcio Machado" o auditório "A" do Edifício
 Tancredo Neves, que pela ação profícua do
 nobre Deputado já falecido, deixou marcas
 profundas na sua passagem por esta augusta
 Casa de Leis.

Verificando não haver óbice legal al-
 gum que impeça a normal tramitação da ma-
 téria ora em pauta, e convencidos do alto
 valor medida emitimos o nosso parecer FA-
 VORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n. 1646,
 de autoria do Senhor Deputado Hermas Bran-
 dão, constante do expediente. Aprovado. A
 Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1637, de autoria do
 Senhor Deputado Djalma de Almeida César,
 Presidente do expediente. Aprovado. A Di-
 retoria Legislativa.

Requerimento de n. 1632, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1645, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1644, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1643, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1642, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1640, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1639, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1635, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1634, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1631, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1630, de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1629, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1627, de autoria do Senhor Deputado Paul Lopes, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1626, de autoria do

Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Requerimento de n. 1647, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão da Assembléia Constituinte Estadual, para sexta-feira, dia 18, às quatorze horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Resolução n. 05/89. (Com emenda de Plenário).

Marca ainda, para segunda-feira, dia 21, à hora regimental, uma Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 43 e 113/89.

e do Projeto de Resolução n. 31/89.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 46, 49, 67, 104, 116, 119 e 124/89. e do Projeto de Resolução n. 30/89

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 256/87, 101, 105 e 112/89.

e do Projeto de Resolução n. 44/89.

Levanta-se a sessão.

EM TEMPO: A SESSÃO ORDINÁRIA MARCADA PARA O DIA 21 DE AGOSTO, SEGUNDA-FEIRA, FOI CANCELADA POR TER SIDO MARCADA UMA SESSÃO DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE ESTADUAL PARA A MESMA DATA E HORÁRIO.